

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E PERCEPÇÕES SOBRE GÊNERO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: DESAFIOS E POSSIBILIDADES EM MACEIÓ-AL

Manasséis Silvério da Silva Oliveira¹
Charllane Synara Assis dos Santos²

RESUMO

Este estudo investiga as percepções e práticas pedagógicas sobre gênero na Educação Infantil no município de Maceió, Alagoas, com o objetivo de analisar como docentes abordam questões de gênero em suas práticas diárias, visando desconstruir estereótipos sexistas e promover uma educação não excludente e equitativa. A pesquisa qualitativa, desenvolvida a partir de uma dissertação de mestrado, envolveu entrevistas semiestruturadas com educadores de dois Centros Municipais de Educação Infantil, além de análise das Orientações Curriculares da Rede Municipal de Maceió. Os resultados indicam que, embora as orientações curriculares contemplem o conceito de gênero, sua aplicação nas práticas pedagógicas diárias é ainda limitada. A principal dificuldade encontrada pelos docentes refere-se à falta de formação continuada, resistência institucional e a ausência de materiais pedagógicos adequados. Embora reconheçam a importância de trabalhar com as questões de gênero desde a primeira infância, muitos educadores relataram que as abordagens sobre gênero são superficiais e pontuais, muitas vezes restritas a datas comemorativas. A pesquisa aponta a necessidade de maior suporte institucional e a criação de políticas públicas que integrem o gênero de maneira transversal no currículo, promovendo, assim, práticas pedagógicas que favoreçam a igualdade de gênero e a desconstrução de estereótipos desde a infância. A educação é vista como um campo crucial para a transformação social, sendo essencial para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Palavras-chave: Educação Infantil, Gênero, Docência. Práticas Pedagógicas.

INTRODUÇÃO

A Educação Infantil, como primeira etapa da educação básica, constitui um espaço essencial para a formação integral da criança e para o desenvolvimento de valores de respeito, empatia e equidade. Nas últimas décadas, as discussões sobre gênero no campo educacional vêm se ampliando, destacando a importância de promover uma educação que valorize a diversidade e combata práticas discriminatórias desde a infância (Finco, 2010; Butler, 1990).

¹ Mestre em Educação pela Universidade Federal de Alagoas- UFAL, manasseis.silverio@gmail.com;

² Mestra em Educação pela Universidade Federal de Alagoas- UFAL synaraassis@gmail.com;



No contexto do município de Maceió, Alagoas, a abordagem das questões de gênero na Educação Infantil ainda se depara com desafios estruturais e culturais. As práticas pedagógicas, em sua maioria, permanecem limitadas por resistências institucionais e pela ausência de formação docente voltada à reflexão crítica sobre gênero (Oliveira, 2024). Assim, apesar das orientações curriculares municipais reconhecerem a relevância do tema, sua materialização nas salas de aula é tímida e, muitas vezes, restrita a atividades pontuais e comemorativas.

Este artigo, derivado de pesquisa de mestrado, tem como objetivo analisar as percepções e práticas pedagógicas sobre gênero entre docentes da Educação Infantil da Rede Municipal de Maceió, com ênfase nos CMEIs da Região VII, identificando os desafios e possibilidades para uma prática pedagógica que promova a equidade de gênero. A relevância deste estudo está em evidenciar a urgência de se integrar o debate sobre gênero nas políticas públicas de formação docente e nos currículos da Educação Infantil, de modo a consolidar uma educação mais justa e igualitária.

METODOLOGIA

A pesquisa que fundamenta este artigo é de natureza qualitativa, de caráter descritivo-analítico e interpretativo, e foi desenvolvida entre os anos de 2022 e 2024, no município de Maceió, Alagoas. Tal abordagem foi escolhida por possibilitar a compreensão dos fenômenos sociais em sua complexidade, considerando o contexto, as experiências e os significados atribuídos pelos sujeitos envolvidos. Conforme Bogdan e Biklen (1994, p. 49), a pesquisa qualitativa busca “compreender o mundo a partir das perspectivas das pessoas que o vivem”, o que se mostra especialmente pertinente quando se pretende investigar práticas docentes, percepções e resistências relacionadas às questões de gênero na Educação Infantil.

O lócus empírico da pesquisa compreendeu dois Centros Municipais de Educação Infantil (CMEIs) localizados na Região Administrativa VII de Maceió, área caracterizada por diversidade sociocultural, desigualdades socioeconômicas e contextos comunitários heterogêneos. A escolha dos CMEIs foi intencional e baseou-se no critério da representatividade contextual, buscando captar realidades distintas da rede pública municipal, mas que compartilham desafios concretos na implementação de práticas pedagógicas voltadas à equidade de gênero (Oliveira, 2024). Essa seleção permitiu



compreender como as relações de gênero se materializam no cotidiano escolar, revelando tensões entre as orientações curriculares e as práticas efetivamente desenvolvidas.

Participaram do estudo treze docentes da rede municipal de ensino, todas com formação em Pedagogia e com tempo de atuação mínimo de três anos na Educação Infantil. O número de participantes foi definido pelo critério de saturação teórica, ou seja, o ponto em que novas entrevistas não acrescentavam informações relevantes à compreensão dos fenômenos investigados.

Os instrumentos de coleta de dados incluíram entrevistas semiestruturadas, análise documental e observação participante. As entrevistas abordaram temáticas como: concepções sobre gênero e infância; experiências formativas; práticas pedagógicas cotidianas; e percepções sobre resistências institucionais e familiares à abordagem da temática de gênero. As entrevistas foram gravadas, transcritas e analisadas integralmente, de modo a preservar a integridade das falas docentes.

A análise documental compreendeu o exame das Orientações Curriculares para a Educação Infantil de Maceió (Maceió, 2015), bem como dos projetos pedagógicos das instituições participantes, buscando identificar de que modo o gênero é tratado nos documentos oficiais e institucionais. Essa etapa permitiu articular as falas docentes ao discurso normativo, evidenciando convergências e lacunas entre o prescrito e o praticado.

Além disso, a observação participante em momentos de formação e atividades pedagógicas possibilitou registrar práticas e interações que revelam tanto os limites quanto as potencialidades da inserção das discussões de gênero no cotidiano escolar. Como destaca Lüdke e André (2013, p. 26), “a observação é um meio privilegiado para compreender o contexto, o comportamento e a linguagem dos sujeitos”, sendo, portanto, uma estratégia essencial para captar os sentidos e significados produzidos no espaço educativo.

Para o tratamento e a interpretação dos dados, foi adotada a análise de conteúdo segundo Bardin (2011), que possibilita a organização, categorização e inferência sistemática de significados a partir do material empírico. Essa técnica, amplamente utilizada em pesquisas qualitativas, busca identificar unidades de sentido e eixos temáticos que expressem as dimensões centrais do fenômeno investigado.

REFERENCIAL TEÓRICO



As discussões sobre gênero na educação partem da compreensão de que as diferenças entre homens e mulheres não se restringem a determinismos biológicos, mas constituem construções sociais, culturais, simbólicas e históricas que se consolidam nas práticas cotidianas e nas instituições (Beauvoir, 1949; Butler, 1990). Simone de Beauvoir (1949, p. 9) afirma que “não se nasce mulher: torna-se”, evidenciando que as identidades de gênero são resultados de um processo contínuo de socialização e aprendizado, e não de uma essência natural. Essa afirmação inaugura uma perspectiva filosófica que desnaturaliza os papéis de gênero e convida à reflexão sobre as relações de poder que os sustentam.

Ampliando esse debate, Judith Butler (1990) introduz o conceito de performatividade de gênero, segundo o qual o gênero não é uma identidade estável ou um atributo fixo do sujeito, mas um conjunto de atos repetidos e socialmente regulados que produzem a aparência de naturalidade. Butler (1990, p. 33) argumenta que “o gênero é a estilização repetida do corpo, um conjunto de atos dentro de um quadro regulador altamente rígido, que se consolida com o tempo para produzir a aparência de substância”. Nessa perspectiva, o gênero é simultaneamente produzido e reproduzido pelas práticas discursivas e sociais, podendo ser tensionado e resignificado sempre que as normas são desafiadas. Assim, as práticas educativas, enquanto dispositivos sociais, também participam desse processo performativo, podendo tanto reforçar quanto desestabilizar as normas de gênero.

No campo educacional, bell hooks (1994) propõe uma pedagogia crítica e libertadora que reconhece as múltiplas formas de opressão que atravessam o sujeito gênero, raça, classe, sexualidade e que reivindica uma prática docente comprometida com a transformação social. Para hooks (1994, p. 13), “ensinar é um ato de resistência” e requer que o(a) professor(a) reconheça sua implicação ética na produção de subjetividades. Ao propor uma educação como prática da liberdade, hooks defende que a sala de aula deve se constituir em espaço de diálogo, escuta e questionamento das desigualdades, onde o processo de ensino-aprendizagem se torna também um processo político.

Em diálogo com essa perspectiva, Finco (2010, p. 112) ressalta que a escola é “um território de relações de poder e de produção de subjetividades”, no qual se constroem e se reproduzem estereótipos de gênero desde a mais tenra infância. Para a autora, a Educação Infantil representa um espaço privilegiado para o exercício de práticas pedagógicas emancipatórias, capazes de promover a equidade e a diversidade. Finco



(2012) acrescenta que a criança é um sujeito histórico e cultural que se constitui nas interações com os outros e com o meio, e, portanto, as práticas docentes precisam favorecer experiências que ampliem a compreensão sobre as diferenças, o respeito e o direito de ser e existir de múltiplas formas.

Na Educação Infantil, contudo, as práticas que envolvem gênero ainda refletem a persistência de estereótipos naturalizados no cotidiano escolar como a divisão das brincadeiras entre “coisas de menino” e “coisas de menina”, a associação de cores a identidades de gênero (azul e rosa) e a atribuição de profissões ou papéis sociais segundo lógica binária. Corsaro (2011) aponta que as interações entre as crianças são atravessadas por significados sociais que refletem a cultura mais ampla, e que a escola, ao invés de ser um espaço neutro, atua como mediadora na internalização dessas normas. Assim, a ausência de práticas que questionem essas hierarquias reforça um currículo oculto que perpetua desigualdades e limita a liberdade das crianças de explorar diferentes modos de ser.

Oliveira (2024), ao analisar as Orientações Curriculares da Rede Municipal de Maceió (2015), observa que, embora os documentos oficiais contemplem a discussão sobre diversidade e igualdade de gênero, sua efetivação nas práticas pedagógicas ainda é incipiente. As dificuldades apontadas pelas docentes da rede incluem a carência de materiais didáticos que abordem o tema de forma crítica, a resistência de parte das famílias e da gestão escolar e, principalmente, a ausência de formação continuada com enfoque nas relações de gênero. Esse cenário revela uma contradição entre o discurso político e normativo que defende a equidade e as condições concretas de trabalho docente, nas quais a temática de gênero ainda é tratada como um assunto sensível ou secundário.

Compreender o gênero como categoria analítica, como propõe Scott (1995), é reconhecer que as relações de gênero estruturam as práticas sociais e são fundamentais para compreender as formas de hierarquia e poder presentes nas instituições. A autora destaca que o gênero não é apenas um atributo dos sujeitos, mas um princípio organizador das relações sociais e simbólicas. Dessa forma, ao problematizar o gênero desde a Educação Infantil, o(a) professor(a) possibilita que as crianças compreendam a diversidade como valor e não como diferença hierarquizada.

Nesse contexto, a escola se apresenta como um espaço político e cultural, capaz de reproduzir ou transformar desigualdades (HOOKS, 2017). Quando o ambiente escolar favorece a escuta das crianças, o diálogo sobre as diferenças e o respeito às múltiplas identidades, contribui para a construção de subjetividades livres e solidárias. Como



ênfatiza Butler (2004, p. 7), “questionar as normas de gênero é expandir o campo da liberdade humana”, o que implica reconhecer que a educação é um dos meios mais potentes para essa expansão.

Portanto, o trabalho docente que problematiza o gênero desde a infância assume uma função ética e política: formar sujeitos críticos, conscientes das desigualdades e capazes de intervir no mundo de modo mais justo e igualitário. A escola, ao adotar práticas pedagógicas que enfrentem os estereótipos e reconheçam a pluralidade das infâncias, torna-se espaço de emancipação, onde a diferença é acolhida e a equidade se constrói como valor cotidiano.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados evidenciam que, embora o discurso sobre a importância da equidade de gênero esteja presente nas Orientações Curriculares da Rede Municipal de Maceió (Maceió, 2015), sua concretização nas práticas pedagógicas cotidianas ainda é restrita e fragmentada. A maior parte das docentes reconhece a relevância do tema, mas relata dificuldades em integrá-lo de forma transversal, crítica e contínua às rotinas escolares (Oliveira, 2024). Essa constatação reforça o que Finco (2010, p. 45) já observava ao afirmar que “as práticas pedagógicas, ainda que permeadas por boas intenções, muitas vezes reproduzem os estereótipos que buscam combater”.

A docente P2 expressa essa contradição de modo emblemático: “A gente sabe que é importante falar sobre isso, mas falta material, e tem muita gente que acha que é coisa que não deve ser falada com criança.” Essa fala revela a ausência de suporte institucional e de recursos didáticos adequados, que permitam tratar a temática de gênero de maneira crítica, ética e coerente com as especificidades da Educação Infantil. A fala da docente P4 reforça esse desafio ao relatar: “Muitas vezes, quando tentamos trabalhar com livros que tratam dessas questões, vem pai na escola reclamar, dizendo que isso é ideologia.” A resistência de algumas famílias, alimentada por discursos conservadores e polarizados no cenário sociopolítico atual, atua como uma barreira simbólica e emocional para a efetivação de práticas inclusivas (HOOKS, 2017; Scott, 1995).

Essas resistências, tanto internas quanto externas à escola, evidenciam que o gênero não é apenas uma questão pedagógica, mas também política e cultural, perpassada por disputas ideológicas e morais. Como lembra Butler (2004, p. 7), “desafiar as normas de gênero é expandir o campo da liberdade humana”, o que implica tensionar estruturas que,



por vezes, se escondem sob o manto da neutralidade educacional. Assim, o silenciamento do debate sobre gênero nas escolas não é apenas omissão, mas uma forma de manutenção da desigualdade social e simbólica.

A professora P7 relata uma experiência concreta: “Fiz uma atividade sobre profissões e coloquei uma mulher como mecânica... Algumas crianças riram e disseram que isso era coisa de homem.” O episódio revela como os estereótipos de gênero estão naturalizados nas falas infantis, reproduzindo discursos que circulam socialmente e são legitimados nas interações familiares, midiáticas e escolares (Corsaro, 2011; Finco, 2012). Nesse contexto, a ação docente exige preparo teórico, sensibilidade ética e escuta atenta, de modo a transformar situações cotidianas em oportunidades de reflexão crítica e de desconstrução de padrões excludentes.

Outro dado recorrente refere-se à falta de formação continuada voltada especificamente às questões de gênero. A docente P11 sintetiza essa lacuna: “Nunca tive formação específica sobre gênero. O que sei, aprendi sozinha, buscando na internet.” Essa declaração aponta para a fragilidade das políticas formativas das redes de ensino, que ainda não incorporaram o gênero como dimensão essencial da prática pedagógica. Para hooks (1994, p. 13), uma educação libertadora exige que os professores “também se vejam como aprendizes”, dispostos a revisitar suas próprias crenças e preconceitos. A formação docente, portanto, não deve restringir-se à técnica, mas abarcar dimensões críticas e éticas que ampliem a consciência sobre as relações de poder que atravessam o cotidiano escolar.

Apesar das dificuldades, a pesquisa também identificou experiências pedagógicas inovadoras. Algumas docentes têm recorrido a livros literários que trazem personagens não estereotipados, permitindo que as crianças questionem papéis de gênero de maneira lúdica e significativa. Outras relataram o uso de rodas de conversa sobre temas como empatia, cuidado e respeito entre meninos e meninas, em uma tentativa de desconstruir a dicotomia “coisa de menino/coisa de menina”. Tais práticas, embora isoladas, revelam a potência transformadora de uma educação que reconhece as crianças como sujeitos sociais e políticos.

A literatura de hooks (2017) e Oliveira (2024) converge nesse ponto ao afirmar que a escola é um espaço privilegiado para a produção de resistências e reinvenções. Quando o(a) educador(a) cria condições para que as crianças expressem livremente suas identidades, ele(a) também inaugura possibilidades de transformação social. Ainda assim, a pesquisa mostra que tais ações permanecem pontuais e descontinuadas, muitas vezes



reduzidas a datas comemorativas. A professora P13 ilustra essa limitação: “Quando chega o Dia da Mulher, fazemos atividades, falamos sobre igualdade, mas depois o tema some.” Essa prática episódica contraria as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (Brasil, 2009), que defendem a transversalidade das temáticas relacionadas à diversidade e à equidade de gênero em todos os campos de experiência.

Essa tendência à superficialidade confirma o que Scott (1995, p. 85) descreve como “a resistência das estruturas simbólicas às mudanças nas relações de poder”, demonstrando que o avanço da discussão de gênero nas escolas não depende apenas de boa vontade, mas de mudanças estruturais, institucionais e políticas. Isso envolve não apenas a revisão dos currículos e a ampliação das formações docentes, mas também o diálogo com as famílias e a comunidade escolar, de forma a construir uma rede de apoio ao enfrentamento das desigualdades.

Por fim, os resultados reforçam a urgência de consolidar um compromisso ético, político e pedagógico com a equidade de gênero na Educação Infantil. As práticas educativas devem promover o respeito à diferença, a liberdade de expressão e a desconstrução das normas rígidas que limitam as possibilidades das crianças. Como sublinha Butler (2004, p. 17), “a crítica às normas de gênero é uma forma de ampliar o campo do humano”, e, portanto, deve ser entendida como um imperativo educativo.

Nesse sentido, a Educação Infantil se apresenta como espaço estratégico para a construção de uma sociedade mais justa, plural e democrática. A escola precisa assumir, de forma consciente, o seu papel na formação de sujeitos livres das amarras da normatividade, comprometidos com a diversidade e com a justiça social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise das práticas e percepções docentes nos CMEIs da Região VII de Maceió evidencia que o tratamento das questões de gênero na Educação Infantil ainda é incipiente e enfrenta obstáculos estruturais, formativos e culturais. A falta de formação continuada, o receio frente às reações familiares e a ausência de materiais pedagógicos são fatores que limitam o desenvolvimento de práticas críticas e transformadoras.

Entretanto, as experiências pontuais identificadas revelam um potencial significativo para a construção de uma pedagogia da equidade. A promoção de espaços de escuta e reflexão, o uso crítico da literatura infantil e o incentivo ao diálogo com as



famílias configuram caminhos promissores para o avanço de uma educação não sexista e inclusiva.

Portanto, é imprescindível que o poder público municipal fortaleça políticas de formação docente voltadas às relações de gênero, promova a transversalização do tema nos currículos e garanta suporte institucional às práticas pedagógicas comprometidas com a igualdade. Como conclui Oliveira (2024, p. 157), “a equidade de gênero na Educação Infantil não é uma utopia, mas um direito que precisa ser garantido desde o início da trajetória educativa das crianças”.

A Educação Infantil, ao reconhecer a criança como sujeito de direitos e produtora de cultura, tem a potência de inaugurar novas possibilidades de existência. Uma escola que valoriza a diversidade e combate as desigualdades é, sem dúvida, o alicerce para uma sociedade mais justa, plural e democrática.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. Lisboa: **Edições 70**, 2011.

BEAUVOIR, Simone de. O segundo sexo. Rio de Janeiro: **Nova Fronteira**, 1949.

BOGDAN, Robert C.; BIKLEN, Sari Knopp. *Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos*. Porto: **Porto Editora**, 1994.

BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Brasília: MEC, 2009.

BUTLER, Judith. *Gender Trouble: Feminism and the Subversion of Identity*. New York: **Routledge**, 1990.

CORSARO, William. A sociologia da infância. Porto Alegre: **Artmed**, 2011.

FINCO, Daniela. “Educação Infantil, gênero e diversidade”. **Cadernos Pagu**, n. 38, p. 105–128, 2012.

FINCO, Daniela. Meninas e meninos na Educação Infantil: Relações de gênero e práticas pedagógicas. São Paulo: **Cortez**, 2010.

FLICK, Uwe. *Introdução à pesquisa qualitativa*. 3. ed. Porto Alegre: **Artmed**, 2009.

HOOKS, bell. Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: **WMF Martins Fontes**, 2017.

HOOKS, bell. Teaching to transgress: Education as the practice of freedom. New York: Routledge, 1994.



SCOTT, Joan. “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”. **Educação & Realidade**, v. 20, n. 2, p. 71–99, 1995..

